

Impactos e transformações no cotidiano das comunidades acadêmicas de Alagoas em tempos de pandemia

Impacts and changes in the daily lives of academic communities of Alagoas in times of pandemic

Alessa Cristina P. de Souza

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
Email: alessa@ccae.ufpb.br

Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho

Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Email: anne.carvalho@ufob.edu.br

Resumo

A pandemia do novo coronavírus, bem como os protocolos adotados em razão dela, trouxe inúmeras demandas por adaptações, impactando nas rotinas de diferentes grupos e instituições, nas mais diversas regiões do país e do mundo. Este artigo tem por objetivo discutir e analisar alguns dos principais impactos do protocolo de distanciamento social adotado no Brasil sobre o cotidiano dos/as integrantes das comunidades acadêmicas do estado de Alagoas. Os dados apresentados ao longo do trabalho tiveram por base uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, que contou com um formulário digital respondido por estudantes, docentes, técnicos/as e outros/as colaboradores/as das Instituições de Ensino Superior do estado. As reflexões suscitadas destacam a vivência de diversas dificuldades, desde as ocasionadas pelos impactos econômicos, até prejuízos em termos de produtividade para o trabalho/estudo, em um cenário instável que demanda adaptações diversas, mediadas pelas tecnologias da informação e da comunicação e que promovem a compressão do espaço e do tempo. O momento vem acelerar um processo de mudança sociocultural em curso, causando instabilidade e produzindo diferentes desafios para as Instituições de Ensino Superior, com vistas a acolherem e incluírem suas comunidades nesse novo cenário.

Palavras-chaves: Covid-19. Distanciamento Social. Instituições de Ensino Superior. Tecnologias da Informação e da Comunicação. Transformações socioculturais.

Abstract

The new coronavirus pandemic, as well as the protocols adopted because of it, brought numerous demands for adaptations, impacting the routines of different groups and institutions in the most diverse regions of the country and the world. This article aims to discuss and

analyze some of the main impacts of the social distancing protocol adopted in Brazil on the daily lives of members of academic communities in the state of Alagoas. The data presented throughout the work was based on a qualitative and quantitative research, which included a digital form answered by students, teachers, technicians and other collaborators from the Higher Education Institutions of the state. The reflections raised highlight the experience of several difficulties, from those caused by economic impacts, to losses in terms of productivity for work / study, in an unstable scenario that requires different adaptations, mediated by information and communication technologies and that promote compression of space and time. The moment comes to accelerate an ongoing process of socio-cultural change, causing instability and producing different challenges for Higher Education Institutions, with a view to welcoming and including their communities in this new scenario.

Keywords: Covid-19. Social distancing. Higher education institutions. Information and Communication Technologies. Sociocultural transformations.

Introdução

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo estava vivendo uma pandemia¹ provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da doença Covid-19, emitindo um alerta para que todos os países tratassem adequadamente o problema e adotassem medidas para conter a sua disseminação. No Brasil, registros do Ministério da Saúde indicam pessoas infectadas desde o final de janeiro. Em Alagoas, o primeiro caso de Covid-19 foi registrado no dia 08 de março, três dias antes da OMS decretar a existência da pandemia.

Entre as medidas adotadas no Brasil está o protocolo de distanciamento social, que promove a diminuição significativa das interações sociais, por meio do impedimento de atividades que envolvam aglomeração e a recomendação para que a população permaneça em suas residências, como formas de conter uma aceleração descontrolada da doença. Com isso, a indústria, o comércio e os serviços públicos e privados passaram a ter o funcionamento controlado e, em determinados casos,

¹ O termo pandemia afirma que uma doença infecciosa se disseminou por vários continentes, ou mesmo por todo o planeta, com transmissão sustentada, continuada ou comunitária entre as pessoas.

impedidos de atuar. Em Alagoas, a partir de decretos estaduais, as escolas e Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, as igrejas, os *shoppings-centers* e parte do comércio considerado não essencial tiveram, desde março, suas atividades interrompidas².

A dificuldade das autoridades sanitárias em controlar o avanço da doença e o conseqüente prolongamento do distanciamento social impôs às instituições de ensino a reestruturação de suas atividades, pela impossibilidade de continuação das atividades presenciais (BRASIL, 2020). A adaptação de parte significativa das atividades para funcionarem de maneira remota revolucionou o cotidiano dos integrantes das comunidades acadêmicas, impondo a necessidade de arranjos de diferentes naturezas – econômicos, materiais, domésticos, familiares, culturais, de conhecimento, metodológicos, entre outros. Esse cenário consolida as tecnologias da informação e da comunicação como protagonistas para grande parte das instituições, por representarem, nesse momento, o principal recurso para viabilizar a continuação das atividades. Entre os integrantes das comunidades acadêmicas, essas novas configurações, junto a todo um conjunto de mudanças geradas em suas vidas pessoais, têm incitado inúmeros debates, a partir das dificuldades que se apresentam e colocam em discussão as reais condições de participação desses indivíduos nas atividades remotas, entre outras reflexões.

Este artigo busca discutir alguns dos principais impactos do protocolo de distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19 sobre o cotidiano dos/as integrantes das comunidades acadêmicas do estado de Alagoas, tomando como referência suas próprias perspectivas acerca desses impactos.

Localizado em uma região vulnerável economicamente e uma das mais afetadas pela pandemia no país, o estado de Alagoas, apesar de ser o segundo menor da região Nordeste, no momento, representa o quinto estado da região com índices mais elevados da doença, estando ainda em um movimento de curva ascendente com relação à disseminação e contaminação pelo vírus, conforme dados apresentados no Painel Covid-19 em Alagoas, disponibilizados pela Secretaria de Estado do

²Ver decretos disponíveis em <http://www.procuradoria.al.gov.br/legislacao/boletim-informativo/legislacao-estadual> publicados a partir do dia 13 de março de 2020, Decreto nº 69.463, de 12 de março de 2020 e seguintes. Acesso em: 06 jul. 2020.

Planejamento, Gestão e Patrimônio. Esse cenário, potencialmente, afeta toda a sua população de várias maneiras.

Nas páginas seguintes, pretende-se analisar, a partir das respostas apresentadas pelos integrantes das comunidades acadêmicas, algumas das alterações trazidas pelo contexto pandêmico para as suas vidas, em meio ao conjunto de tensões sociais e de adequações acadêmicas que lhes são apresentadas, buscando refletir sobre o modo como isso atravessa e produz desafios para as próprias instituições.

Para subsidiar essas reflexões, o trabalho contou com o desenvolvimento de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, cujos dados foram gerados por meio da divulgação de um formulário digital, disposto na plataforma “google forms”, respondido entre os dias 01 de maio a 15 de junho de 2020 por representantes das comunidades acadêmicas de todos os estados da região Nordeste do Brasil. Entre estudantes, docentes, técnicos/as e outros/as colaboradores/as vinculados/as às Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas da região, foram registradas 4.309 respostas. No que tange ao estado de Alagoas, 389 pessoas compuseram a amostra, atendendo os requisitos necessários para o alcance de nível de confiabilidade estatística de 95%, com margem de erro de 5%, considerando o total de entrevistados. Os dados tabulados foram compilados em planilha do Microsoft Excel – versão 2010 – e analisados sob a ótica de reflexões sociológicas acerca das transições que caracterizam a vida social nessas primeiras décadas do século XXI e que permitem compreender alguns fenômenos intensificados pela pandemia.

Este artigo está subdividido em três partes. Inicialmente, a pandemia da Covid-19 no estado de Alagoas é contextualizada, buscando entender os principais fatos e as medidas estatais adotados para lidarem com o problema, visto que essas medidas afetam diretamente a população da pesquisa. Posteriormente, são levantadas algumas das principais transformações geradas pelo contexto nas vidas e nas rotinas da população pesquisada, buscando situar essas transformações no seio de um conjunto de tendências globais que vêm se fortalecendo nos últimos anos. A última seção busca refletir como essas transformações têm impactado na criação de novas demandas para as Instituições de Ensino Superior, visando a elaboração de formas de enfrentamento e de fortalecimento das suas comunidades.

1 Contextualizando a pandemia em Alagoas

Alagoas é um dos menores estados do Nordeste, composto por apenas 3.337.357 habitantes, dos mais de 57 milhões de habitantes da região (IBGE, 2019). Sendo um estado com alto índice de pobreza e que concentra boa parte de sua economia em atividades ligadas ao turismo, era previsível que a explosão da pandemia de Covid-19 provocasse efeitos rápidos e intensos, alguns até impensáveis em um primeiro momento.

Apesar de o Brasil se posicionar entre aqueles países com maior número de casos e de óbitos provocados pela Covid-19 no mundo, estima-se que os números de casos de cada um dos estados brasileiros sejam bem superiores aos números registrados e divulgados oficialmente. A subnotificação ocorre porque o Estado alega não ter condições de testar toda a população, ao mesmo tempo em que a maioria da população também não dispõe de recursos financeiros para arcar com os custos dos exames.

Em Alagoas, o crescimento dos casos registrados foi rápido. Como já mencionado, o primeiro caso no estado foi registrado em oito de março. Um mês depois, havia 37 casos e dois óbitos registrados. No momento em que redigimos este artigo, quatro meses depois do registro do primeiro caso, Alagoas soma mais de 42 mil pessoas infectadas e mais de 1.200 óbitos em decorrência da Covid-19. Em alguns momentos a capital do estado, Maceió, ultrapassou 80% de ocupação de leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) destinados ao tratamento de pacientes infectados pelo vírus³, com ameaças de colapso em seu sistema de saúde.

Desde março, quando a pandemia foi, de fato, evidenciada, vários decretos estaduais e municipais interromperam o funcionamento de diferentes setores econômicos no estado, visando conter a disseminação do novo coronavírus. No entanto, apesar do agravamento do quadro da doença em Alagoas, o governo estadual anunciou, em meados de junho, um plano de reabertura gradual dos setores produtivos e a retomada das atividades econômicas, denominado "Protocolo

³Fonte: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/276670/ocupacao-de-84-das-utis-em-maceio-preocupa-infecetologistas>. Acessado em 06 de julho de 2020.

Sanitário e Distanciamento Social Controlado" (ALAGOAS, 2020). O plano estabelece essa retomada em cinco fases: vermelha, laranja, amarela, azul e verde, indo de um maior isolamento e distanciamento social, instituído no mês de março, até a retomada, quase total das atividades, prevista para o final do mês de agosto, quando se prevê também o retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino locais.

A implementação desse plano de reabertura, bem como de planos semelhantes apresentados por outros estados brasileiros, no momento em que, em tese, estamos vivendo o pico da doença em praticamente todo território nacional⁴ e não se vislumbra o achatamento da curva de disseminação e contaminação do vírus, vem levantando discussões e controvérsias que giram em torno de uma aparente dualidade entre a preservação da economia e a preservação da saúde/vida dos indivíduos. Podemos, por exemplo, citar o que está acontecendo em Maceió, onde a fase laranja de retomada das atividades foi iniciada no dia 03 de julho, permitindo que templos, igrejas e demais instituições religiosas pudessem funcionar com 30% de sua capacidade, mas a Arquidiocese decidiu manter as igrejas fechadas e a realização das celebrações on-line, como forma de preservar a saúde e a vida dos celebrantes e dos fiéis, considerando que a pandemia ainda não foi controlada⁵.

No que tange ao contexto educacional, desde o dia 15 de março as instituições de ensino públicas e privadas de Alagoas, acompanhando orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, tiveram suas atividades presenciais suspensas devido ao alto risco de contágio que as relações sociais estabelecidas nesses ambientes propiciam. Neste contexto, diversos/as estudantes, professores/as e vários/as profissionais que integram o setor educacional tiveram que suspender ou adaptar suas rotinas diárias de trabalho/estudo a partir de novos arranjos e de acomodações decorrentes de uma mudança involuntária.

⁴ Segundo informações veiculadas pela imprensa nacional, a partir de informações fornecidas pelo consórcio de veículos de imprensa - formado pela Folha, O Estado de São Paulo, O Globo, Extra, G1 e UOL, com o objetivo de reunir e divulgar os números relativos a pandemia do novo coronavírus, a partir dos dados disponibilizados pelas secretarias estaduais de saúde -, há 35 dias o Brasil registra mais de mil mortes por Covid 19 a cada 24 horas.

⁵Fonte: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/07/04/arquidiocese-de-maceio-decide-manter-igrejas-fechadas-mesmo-com-decreto-de-reabertura-gradativa.ghtml> (Acessado em 06 de julho de 2020).

Abruptamente, as condições da vida cotidiana foram alteradas, direta ou indiretamente, durante a pandemia.

A partir dessa contextualização, as seções seguintes buscam discutir e analisar como os impactos econômicos e as transformações nos hábitos pessoais dos indivíduos que formam as comunidades acadêmicas do estado de Alagoas, decorrentes dos protocolos de prevenção instaurados durante a pandemia, impõem mudanças socioculturais que perpassam os trabalhos/estudos desenvolvidos nas Instituições de Ensino Superior, colocando-lhes frente a outros formatos e referências e demandando um conjunto de adaptações diversas, muitas vezes inconciliáveis.

2 As transformações socioeconômicas e culturais nas vidas das comunidades acadêmicas de Alagoas

Em meio à velocidade e à intensidade das mudanças apresentadas pelo novo cenário constituído pela pandemia e que permeia o processo de compreensão, apreensão e adaptação dos indivíduos aos novos modos de viver e fazer, nesta seção, refletir-se-á sobre como está sendo esse momento e essas vivências para as pessoas que integram as comunidades acadêmicas de Alagoas, a fim de vislumbrar, posteriormente, possíveis impactos sobre as Instituições de Ensino Superior.

Como já mencionado, a pesquisa contou com 389 respondentes do estado de Alagoas. Desse total, houve predominância de integrantes das Instituições de Ensino Superior Públicas (87%), enquanto as/os integrantes das Instituições de Ensino Superior Privadas tiveram participação inferior (13%). O total da amostra é composto, em sua maior parte, por estudantes de graduação (69%), seguidos de docentes (19%) e de servidores/as técnicos/as (7%). Estudantes de pós-graduação, terceirizados/as e outros/as colaboradores/as tiveram participação insuficiente.

Embora possa ser identificada a participação de respondentes de variadas áreas de conhecimento, houve maior participação de representantes das ciências humanas (32%), seguidos dos de ciências sociais aplicadas (19%), de ciências da saúde (18%) e de ciências exatas e da terra (13%).

Quanto às características pessoais dos/das participantes da pesquisa, a maioria dos/as respondentes é composta por mulheres cisgênero (62%), enquanto 38% são homens cisgênero. A maior parte da amostra se reconhece como parda ou preta, sendo 42% pardos/as e apenas 13% pretos/as, enquanto 44% se autodeclara branca. Houve uma maior participação de respondentes jovens, mais da metade com idade entre 18 e 24 anos (58%) e 20% com idade entre 25 e 34 anos. A expressividade foi diminuindo à medida que a faixa etária aumentava.

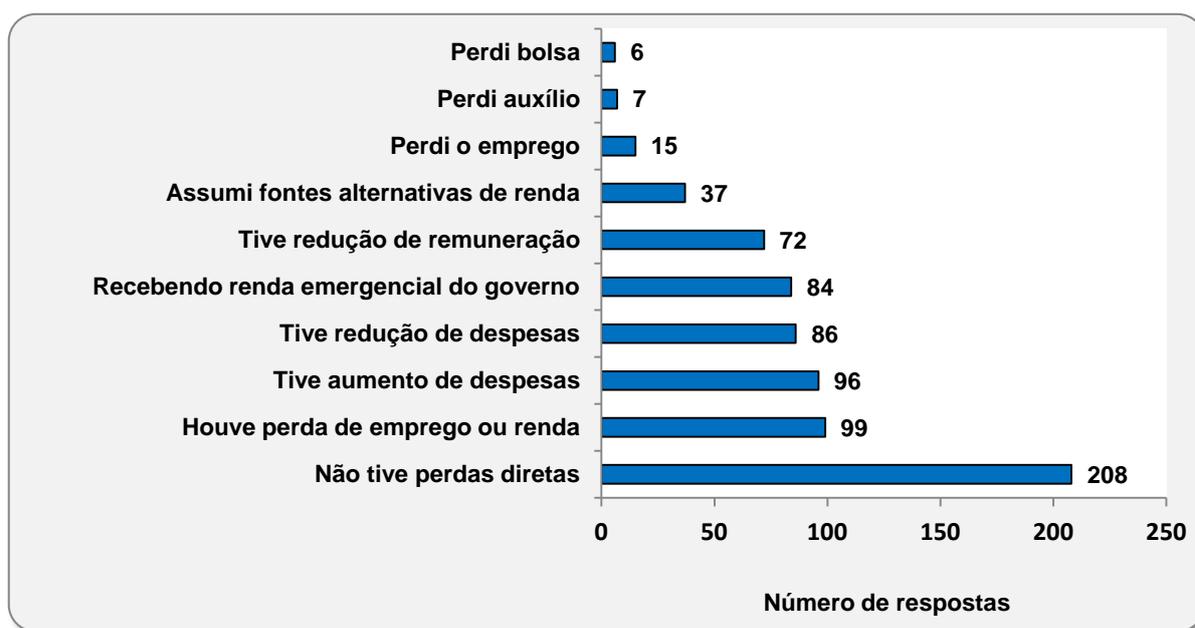
Com relação ao estado civil, 76% da amostra é solteira e apenas 20% é casada ou está em união estável. A maioria (60%) reside com quatro ou mais pessoas e 20% reside com 3 pessoas. Habitando em residências numerosas, 61% da amostra possui renda familiar mensal de até três salários mínimos, sendo 21% com renda familiar menor que um salário mínimo.

Percebe-se, a partir dessa caracterização, a predominância na participação de determinados grupos – integrantes de instituições públicas, estudantes de graduação, pertencentes às diversas áreas de conhecimento e inseridos em condições de vulnerabilidade diversas –, de modo que as informações apresentadas ao longo do trabalho tomarão como referência a totalidade de respostas, considerando essas predominâncias como plano de fundo para orientar a interpretação dos dados. Deste modo, é possível contextualizar o olhar sobre alguns dos principais impactos do cenário pandêmico sobre suas vidas.

Ao analisarmos os impactos deste momento sobre a vida econômica da população que integrou a amostra da pesquisa, percebe-se que mais da metade afirma não ter sofrido perdas diretas. No entanto, cerca de um quarto da população indicou ter vivenciado perda de emprego ou de renda no núcleo familiar, além de aumento de despesas. Os depoimentos levantados pela pesquisa ressaltam: “trabalhava como *freelancer* em festas e devido às novas medidas não tem festa e, conseqüentemente, não tenho mais essa fonte de renda por enquanto”; “estou sob aviso prévio do trabalho”; “diminuição da renda por cobrar metade do aluguel do inquilino”; “houve adiamento do início do meu estágio remunerado”.

O gráfico a seguir permite visualizar essas questões:

Gráfico 1 – Impactos do distanciamento social sobre a vida econômica



Fonte: Autoria própria (2020).

Percebe-se que a pandemia e as medidas adotadas para conter a disseminação do vírus vêm, direta ou indiretamente, provocando perdas no poder econômico das pessoas que compõem as comunidades acadêmicas de Alagoas. Considerando que estamos analisando uma parcela da população de uma das regiões mais vulneráveis do Brasil, e que cerca de 61% dos/as respondentes da pesquisa possuem renda familiar de até três salários mínimos, sob uma perspectiva socioeconômica, observa-se que o que vem acontecendo com a população alagoana aproxima-se do que vem ocorrendo com o restante da população brasileira, de modo geral, no que diz respeito a acentuação de situações de pobreza e de precariedade ligadas à instabilidade econômica e aos altos índices de desemprego⁶.

Gullo (2020), ao analisar os impactos econômicos decorrentes das mudanças socioculturais impostas pelo protocolo do distanciamento social no Brasil, destaca que, como em muitos locais apenas as atividades tidas como essenciais puderam continuar funcionando, é possível a identificação de impactos brutais sobre a atividade econômica, transformando as vidas de um grande contingente de pessoas.

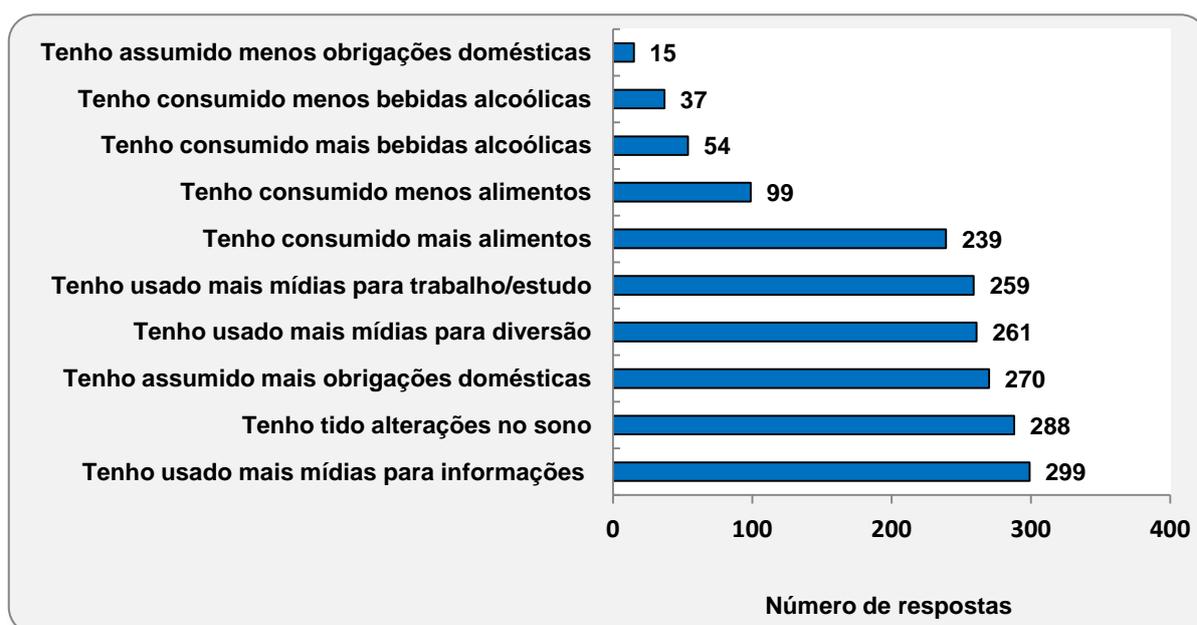
⁶ Para maiores informações, ver reportagem sobre crescimento da pobreza em Alagoas durante a pandemia de Covid-19 disponível em: https://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2020/05/pobreza-cresce-em-alagoas-com-avanco-da-pandemia-da-covid-19_104741.php. Acessado em 07 de julho de 2020.

Sousa (2020), nesta direção, destaca que, apesar da pandemia afetar vários setores da economia, os trabalhadores inseridos na economia informal, sem vínculos empregatícios, que representam cerca de 50% dos trabalhadores na América Latina, são os mais afetados pelos protocolos de controle do vírus, pois a indicação para trabalhar em casa é impraticável para grande parte deles, que já vivem em condições precárias de trabalho, e os obriga a terem que escolher entre sair e ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome. O autor também ressalta que mesmo aqueles que continuam se expondo ao vírus tendem a ser afetados pela perda ou redução de renda que assola grande parte da população e que leva à diminuição do poder de compra.

Essas mudanças na vida econômica são comprometidas e comprometem as transformações e adaptações que se fazem necessárias às rotinas da população durante esse período de crise.

Dentre os principais impactos sobre os hábitos cotidianos das comunidades acadêmicas de Alagoas prevalecem o aumento das demandas domésticas e familiares; o maior uso de mídias tradicionais e digitais para buscar informações, realizar atividades de trabalho e estudo, bem como para práticas de diversão e lazer; além de alterações no sono, como demonstra o gráfico seguinte.

Gráfico 2 – Impactos do distanciamento social sobre os hábitos pessoais



Fonte: Autoria própria (2020).

O aumento das demandas domésticas mencionado pelos/as respondentes da pesquisa pode ser compreendido pelo fato das famílias estarem em isolamento social, confinadas em suas casas, desempenhando atividades de trabalho, estudo e lazer, muitas vezes com crianças e idosos, sem a ajuda de funcionárias ou diaristas, tendo em vista que muitas dessas profissionais foram dispensadas nesse período de pandemia, como forma de prevenção de circulação do vírus ou como corte de despesas.

A concentração dessas atividades em um mesmo tempo-espaço, que se comprime a cada dia, somada à necessidade de adaptação imediata ao uso das mídias digitais para o desempenho de praticamente todas as atividades cotidianas que envolvem comunicação com o mundo exterior ao ambiente doméstico, leva-nos a refletir sobre as implicações de uma mudança sociocultural abrupta que parece acelerar o processo de revolução tecnológica em curso desde a virada para o século XXI e que, segundo Castells (2013), configura-nos enquanto uma “sociedade da informação”.

É certo que nessas duas primeiras décadas do século XXI não podemos pensar sobre a realidade social, cultural, política, educacional e até mesmo sobre os nossos hábitos pessoais e as nossas relações sociais cotidianas sem considerar o uso de diversas ferramentas e as mídias digitais, mas a pandemia intensificou o processo de transformação cultural, pautado na Revolução tecnológica e informacional, impondo a construção de novas formas de vida em um momento de instabilidade generalizada.

Conforme ressalta Pintaudi (2020), a expansão das tecnologias da informação e da comunicação mudou nossos padrões de consumo, nossas formas de trabalhar e estudar, e, com a pandemia, até os indivíduos com hábitos mais conservadores tiveram que aderir a esses recursos, como a adoção de mídias e a utilização dos aplicativos de compra e de entrega de produtos, que passaram a ser incorporados enquanto necessidades básicas.

Um elemento importante a ser considerado é que a sociedade informacional, mediada pelas tecnologias da informação e da comunicação, tem entre suas premissas o aumento da produtividade no trabalho, cuja flexibilidade na sua

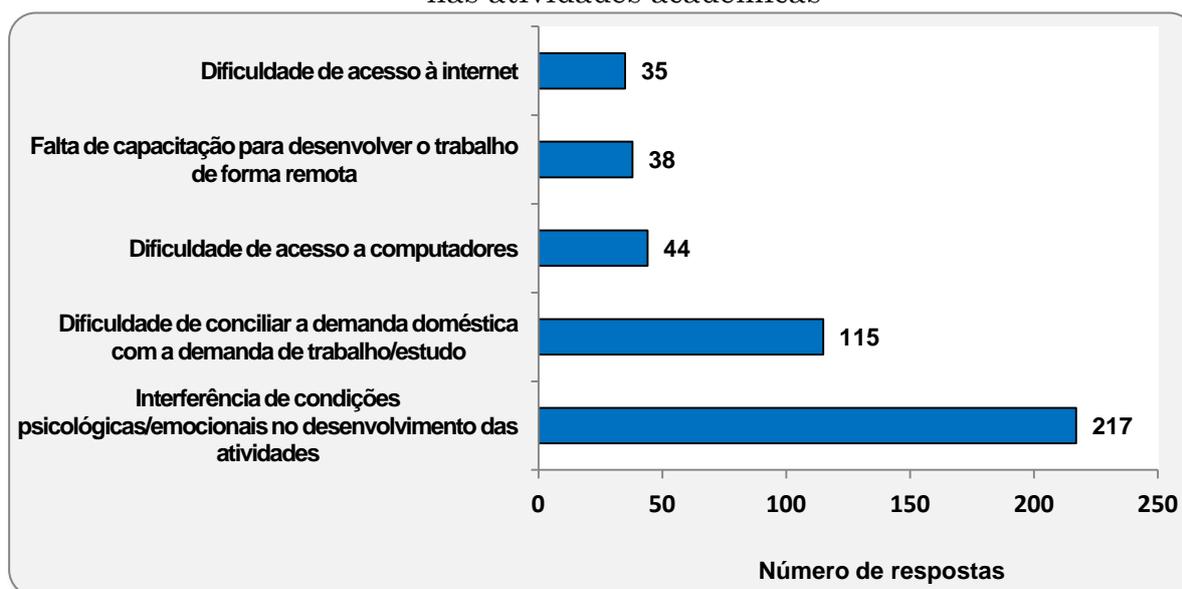
execução, em termos de espaço e de tempo, ofereceria maiores possibilidades de eficiência (CASTELLS, 2013).

Apesar de essas tecnologias terem se tornado as principais ferramentas para viabilização do trabalho em grande parte dos setores da sociedade durante o protocolo de distanciamento social, a eficiência associada ao crescente espaço que elas passaram a ocupar nas atividades não foi alcançada pelas comunidades acadêmicas neste momento, contestando a premissa. Ao contrário, destaca-se uma significativa desaceleração da produtividade.

Cerca de 62% dos/as respondentes pertencentes às comunidades acadêmicas do estado de Alagoas afirmaram que, tiveram diminuição da produtividade desde o início da pandemia, enquanto 16% revelaram ter mantido a produtividade e apenas 13% declararam que o momento propiciou um aumento da produtividade.

Como demonstra o gráfico 2 a seguir, a diminuição na produtividade, circunstância que representa a realidade da maior parte da população pesquisada, deu-se principalmente pela interferência das condições emocionais no desenvolvimento das atividades de trabalho/estudo, que pode ser associada às alterações no sono, elemento destacado no gráfico 1, bem como pela dificuldade de conciliar as demandas domésticas/familiares com as demandas de trabalho/estudo.

Gráfico 3 – Impactos do distanciamento social sobre a diminuição da produtividade nas atividades acadêmicas



Fonte: Autoria própria (2020).

Os dados apresentados levam à reflexão sobre toda uma reconfiguração dos modos de vida, das relações e das formas de trabalho produzidas pelas mudanças aceleradas que o contexto pandêmico incita, gerando um processo de instabilidade que interfere no desempenho das atividades de trabalho/estudo. De uma hora para outra, padrões sociais mais ou menos estáveis, e que conferiam alguma segurança aos indivíduos, precisaram ser formatados. Apesar das ferramentas digitais já fazerem parte das atividades de trabalho/estudo há algumas décadas, o lugar que elas ocupavam era outro. Não obstante algumas atividades já denunciasses nossa dependência dessas tecnologias nos últimos anos, em parte significativa delas as ferramentas digitais ainda figuravam como suportes e não como protagonistas dos processos acadêmicos. Ao mesmo tempo, Calejon e Brito (2020) apontam que, embora esses recursos tenham se transformado em necessidades nos últimos tempos, ainda não estamos preparados para que eles se tornem pontos centrais em nossas vidas, muito menos nas atividades que envolvem práticas educacionais e pedagógicas, apesar da velocidade com a qual nos tornamos dependentes deles. Repentinamente, a exigibilidade de acesso e domínio das ferramentas digitais coloca os indivíduos em uma posição de insegurança em meio a cobranças diversas.

Além disso, conforme ressaltado por Castells (2013), a “centralidade da casa” encontra, neste momento, sua forma mais intensificada. No protocolo de distanciamento social a casa passa a comportar todos os palcos no qual o indivíduo deve atuar. Logo, o trabalho/estudo em casa não corresponde a uma opção logística entre outras possíveis, e sim a mais um encargo em meio ao emaranhado de obrigações que passam a se intercalar e a se sobrepor em um mesmo espaço, cujo contexto pandêmico não permite separar.

Os riscos que representam a exposição aos espaços públicos em um momento de pandemia e que levam à sobreposição de atividades em um mesmo espaço, também levam à resignificação da própria organização do tempo, dada a dificuldade de administrar as atividades cotidianas seguindo a logística habitual que levava em consideração aos dias e aos horários dedicados para o trabalho, para o lazer ou para o descanso, visto que os dias agora são muito semelhantes e essas atividades se embaralham mutuamente em um mesmo espaço e ao mesmo tempo.

A imposição dessas novas configurações, associada ao consumo diário de notícias alarmantes sobre o cenário da pandemia, são fatores potenciais na produção de condições emocionais adversas que geram interferências no desenvolvimento das atividades de trabalho/estudo, bem como na geração de dificuldades no equilíbrio de demandas até pouco tempo bem administradas em outros formatos, conforme foi sobressaltado pela população pesquisada.

Como pode-se perceber pelos dados apresentados, as vidas e as rotinas dos/as integrantes das comunidades acadêmicas de Alagoas foram revolucionadas frente à adesão ao protocolo do distanciamento social, que foi instituído sem tempo hábil para adaptação, requerendo transformações e ressignificações diversas. Na próxima seção, buscar-se-á refletir sobre como essas configurações produzem demandas específicas para as Instituições de Ensino Superior, frente aos desafios que lhes são apresentados pelo novo contexto social.

3 Novos desafios das Instituições de Ensino Superior

É salutar pensar sobre os reflexos dessas novas configurações para a continuidade dos projetos nas Instituições de Ensino Superior. Ainda não se sabe quanto tempo a situação pandêmica irá durar, mas é certo que o restabelecimento das atividades em um modelo de planejamento anterior à pandemia não ocorrerá.

Os novos arranjos criados pelas mudanças que foram aceleradas pela pandemia revolucionam nossas formas de interagir, os modelos de ensino-aprendizagem, os métodos de pesquisa e as formas de realizar extensão, bem como o alcance dessas atividades, elementos dos quais não poderemos mais nos dissociar. A pandemia nos colocou frente a “um processo acelerado de formação prática de estudantes e professorado neste sentido, em poucas semanas, e sobre isso podemos construir coisas novas no futuro” (CASTELLS, 2020, s/p).

Segundo Coutinho (2020, p. 04), “a pandemia foi um ‘turn point’, que gera retornos crescentes para novas formas de produção e serviços, dificultando progressivamente voltarmos para a tecnologia anterior”. Nessa direção, Castells (2020a) também afirma que o mundo pós-pandêmico não será igual ao mundo pré-pandêmico, a normalidade será reconstruída a partir da emergência da sociedade

digital e das experiências vividas durante a crise. Viveremos em um mundo cada vez mais híbrido, em que os espaços físicos e virtuais se entrelaçam construindo uma “cultura da virtualidade real”. Dessa maneira, por mais difíceis que todas essas adaptações pareçam no momento, e por maior que seja a ansiedade gerada a partir delas, novos padrões estão sendo instituídos e não poderão ser desprezados posteriormente.

Por outro lado, a mudança sociocultural inaugurada pela pandemia e incorporada ao cotidiano dos indivíduos e das instituições não pode ignorar um elemento que está na origem da formação do Brasil e que a situação pandêmica veio explicitar e intensificar: nossa profunda desigualdade social que, neste momento, traduz-se em exclusão digital para vários grupos sociais. Conforme apontam Calejon e Brito (2020), embora os recursos da tecnologia digital oportunizem o desenvolvimento de atividades de ensino em uma situação adversa, como a de isolamento e distanciamento obrigatório requeridos pela pandemia, a desigualdade econômica e social constitui-se em impeditivo para a participação de muitos estudantes nessas atividades.

Nesta direção, Alves (2020) destaca que, além das tecnologias não serem acessíveis a todos e nem serem viáveis em todos os lugares, a utilização de determinadas plataformas requer um pacote de internet amplo e, muitas vezes, caro, reforçando a desigualdade no acesso às informações, pois, mesmo entre aqueles que conseguem algum acesso, poucos dispõem de qualidade de conexão que possibilite acompanhar as atividades regularmente.

Conforme destacado anteriormente, a maior parte dos/as colaboradores/as desta pesquisa, representantes das comunidades acadêmicas de Alagoas, possui renda familiar inferior a três salários mínimos e sofreu diversos impactos econômicos no atual cenário. Sabemos que a Universidade, nos últimos anos, vem assumindo um papel mais inclusivo⁷, acolhendo minorias que historicamente foram privadas desse acesso e, desta forma, tornando-se responsável por achatar as desigualdades historicamente constituídas. No entanto, essa demanda por adaptações diversas e repentinas, que impõe novas rotinas e coloca o acesso às

⁷ Sobre o novo perfil dos estudantes das universidades públicas, ver pesquisa realizada pela ANDIFES (2019).

ferramentas digitais como o caminho para a continuidade da educação, pode ser responsável pela regressão na função de inclusão da Universidade e pela reprodução da lógica excludente histórica que beneficia grupos privilegiados e que acaba “expulsando” grupos em situação de vulnerabilidade que não encontram condições de continuidade.

Destarte, em um momento no qual as ferramentas digitais encontram o seu apogeu e a inclusão digital se apresenta como a condição necessária para a inclusão social (WARSCHAUER, 2006), é importante considerar esse processo de inclusão para além do acesso a conexão e aparelhos, embora estes também sejam fatores fundamentais, visto que sem esse acesso – que só é possível para muitos dentro do espaço físico das instituições de ensino – a inclusão digital não é possível. É preciso pensar a inclusão digital enquanto possibilidade das pessoas participarem desse universo e isso inclui vários fatores: materiais, capacitantes, geracionais, familiares, ambientais, políticos, emocionais, entre outros. É importante considerar que além do acesso às mídias digitais não ocorrer de forma igualitária para toda a população, boa parte daqueles que têm acesso a essas mídias não está tecnicamente capacitada e emocionalmente preparada para viver em um mundo onde, segundo Castells (2020a) “o digital é o novo normal”.

Conforme destaca Saviani (2020), o ensino remoto emergencial – que amparado pelas ferramentas digitais vem substituindo o ensino presencial nesse momento de crise – precisa contar com certas condições que vão além do acesso à aparelhagem digital e à internet, incluindo a formação adequada e a segurança para o uso dessas ferramentas. No entanto, o caráter emergencial tem feito com que esse preparo venha ocorrendo de forma abrupta, sem o amadurecimento necessário para que se possa minimizar os prejuízos que a alternativa representa.

Segundo o autor, em instituições privadas, o ensino remoto mediado pelas tecnologias digitais vem promovendo demissões em massa, impactando nas vidas dos envolvidos e carregando um movimento para a consolidação de uma transição para a educação à distância no cenário pós-pandêmico, que tende a fortalecer pressões para a privatização da educação pública. Para Dejours (2020), a transição do ensino presencial para o ensino à distância, cujo ensino remoto parece representar uma ponte, pode gerar a diminuição de servidores na educação, a

ampliação de vínculos de trabalho precários e temporários e até mesmo a redução do papel do Estado. Deste modo, a adoção das ferramentas digitais para a adaptação do ensino ao modelo remoto, apesar de necessária para a continuidade das atividades neste momento, também configura ameaças que precisam ser debatidas.

Outro aspecto a ser discutido refere-se à segurança no uso das plataformas digitais que rapidamente se transformaram nos principais suportes para a viabilidade das atividades acadêmicas. Considera-se oportuno o resgate da percepção de Giddens (2002), que no final do século XX refletia sobre a confiança em sistemas abstratos, em que muitas vezes os usuários, apesar de serem sujeitos reflexivos, não conhecem os mecanismos envolvidos e aceitam, sem maiores questionamentos, incorporá-los em seu cotidiano, acreditando que vão desempenhar bem suas funções. Os/as integrantes das comunidades acadêmicas passaram a adotar, em razão do novo cenário pandêmico, diferentes recursos tecnológicos no desempenho de suas atividades sem possuírem a real dimensão dos riscos envolvidos nessa adoção. Câmeras são instaladas em espaços antes íntimos, o que pode afetar a privacidade familiar. Conteúdos são criados e disponibilizados digitalmente, podendo ser alterados, plagiados, descontextualizados. Salas virtuais estão sujeitas a invasões e a diferentes constrangimentos. Entre as dimensões em jogo nesse contexto de insegurança tecnológica estão os riscos patrimoniais, morais, físicos, autorais. Produzem-se, com isso, preocupações novas para as instituições, considerando a necessidade dessas ferramentas e, ao mesmo tempo, a seguridade das atividades oferecidas e das pessoas envolvidas.

Percebe-se, a partir disso, que os desafios apresentados às Instituições de Ensino Superior, de modo a encararem o conjunto de mudanças e de dificuldades que lhes são apresentadas, são inúmeros. Se, por um lado, a “nova era” prevê instituições produtivas e eficientes pela incorporação das tecnologias da informação e da comunicação em todos os seus processos – cuja adesão é forçada pela pandemia –; por outro lado, para que isso represente um avanço, ela precisa oferecer segurança e condições de continuidade a todos os seus agentes, visto que de outra forma estaria convergindo para a repetição de antigos problemas, sob a falsa aparência de desenvolvimento.

Considerações finais

O cenário constituído pela pandemia implantou a necessidade de adaptações diversas nas atividades cotidianas de grande parte da população do Brasil e do mundo. Ao longo das páginas precedentes, buscou-se analisar alguns dos principais impactos desse contexto entre as comunidades acadêmicas do estado de Alagoas, um dos menores estados da região Nordeste, por sua vez, uma das regiões mais afetadas pela pandemia no Brasil, e com uma estrutura de saúde insuficiente para lidar com a demanda relativa à Covid-19. Buscou-se, ao mesmo tempo, refletir sobre algumas das transformações pelas quais as Instituições de Ensino Superior vêm passando nesse cenário pandêmico, bem como sobre suas consequências para um cenário pós-pandemia.

Os dados apresentados no decorrer deste trabalho revelam que desde o estabelecimento dos protocolos de controle da disseminação do vírus em que, entre outras mudanças, foram suspensas as atividades acadêmicas presenciais e foi implementado o trabalho/ensino remoto, os/as integrantes das comunidades acadêmicas de Alagoas passaram a vivenciar diversas dificuldades. Essas dificuldades estão pautadas em diferentes dimensões, como a necessidade de reorganização das despesas, devido a perdas no poder econômico em uma realidade já caracterizada pela precariedade; mudanças nos hábitos cotidianos que reconfiguram os modos de vida e as relações; como também prejuízos em termos de produtividade para o trabalho/estudo, decorrentes de condições emocionais incitadas pelos riscos que o momento representa, assim como de sobreposições de atividades em uma lógica de compressão do espaço e do tempo.

O estado de Alagoas, por sua vez, em meio à multiplicação de casos inicia um plano gradual de regularização das atividades concernentes aos diferentes segmentos, que provavelmente agravará o cenário, gerando mais tensões. Essas medidas tendem a produzir uma falsa sensação de normalidade, levando a população a uma maior exposição ao vírus e dificultando a estabilização do quadro, o que, inevitavelmente, levaria à necessidade de se assumir medidas mais rígidas de controle, que tendem a intensificar as adaptações já impostas e a instituir novas demandas na vida da população, por um tempo mais prolongado.

Destaca-se, nesse cenário, a consolidação das tecnologias da informação e da comunicação como protagonistas na viabilização de atividades diversas no cotidiano dos indivíduos e das instituições, acelerando um processo de mudança sociocultural em curso e que, no cenário pandêmico, encontra as condições necessárias para o alcance do seu reconhecimento enquanto indispensáveis para a continuidade da vida. A dimensão da vida social, em um momento de confinamento requerido pelo distanciamento social, é ressignificada para se realizar por meio das ferramentas e das plataformas digitais, responsáveis por possibilitar a grande parte dos indivíduos estabelecerem a maioria das relações com o mundo exterior às suas residências.

Percebe-se, porém, que as comunidades acadêmicas de Alagoas, assim como as comunidades acadêmicas de todo o país, não estavam preparadas estruturalmente – reconhecendo essa estrutura em termos materiais, pessoais, metodológicos, didáticos, pedagógicos, emocionais – para lidar com o conjunto de novas demandas constituídas nesse momento de instabilidade e de incertezas, fato que pode ser observado a partir do alto índice de integrantes dessas comunidades acadêmicas que indicaram a diminuição na produtividade durante a pandemia. Esses dados apontam para a necessidade de um melhor entendimento das condições de participação desses indivíduos nas atividades propostas pelos novos modelos que lhes são apresentados e a partir dos quais são cobrados.

O processo de aceleração das mudanças nos padrões socioculturais que dão suporte às rotinas individuais e coletivas deposita sobre as Instituições de Ensino Superior tensões variadas, cobrindo-as de desafios, visto que grande parte desses processos não ocorrerá em uma dimensão transitória, mas tende a permanecer e revolucionar as relações, os modos de viver e de fazer, em diferentes âmbitos.

Nesta direção, entre as preocupações levantadas está a necessidade de se pensar em estratégias de inclusão digital em uma sociedade desigual, cuja vulnerabilidade não se restringe ao aspecto econômico, mas em várias questões que refletem uma desigualdade estrutural, com vistas a não frearmos nem retrocedermos frente ao processo de democratização de acesso ao ensino superior implementado no Brasil nas últimas décadas e que tem sido fundamental para a transformação da realidade de indivíduos e grupos inseridos em regiões mais precárias e situados historicamente nas margens sociais.

Outra preocupação importante se refere aos riscos – patrimoniais, morais, físicos, autorais – produzidos pelos usos das tecnologias e das plataformas digitais, sobre os quais as comunidades acadêmicas não foram preparadas para se protegerem adequadamente, mas também sobre a possível (co)responsabilidade das instituições no que diz respeito à seguridade dos indivíduos que integram as suas comunidades frente a esses riscos.

Percebe-se, então, que as tecnologias da informação e da comunicação, apresentadas como essenciais para o funcionamento do corpo social na contemporaneidade, principalmente nesse momento de múltiplas crises acentuadas pela pandemia da Covid-19, embora figurem como grandes aliadas na continuidade das relações e dos processos, encontram vários obstáculos para que de fato representem um “novo normal” para os mais variados grupos sociais, sobretudo em espaços tão plurais como as Instituições de Ensino Superior.

Bibliografia

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Painel Covid-19 em Alagoas. *Governo de Alagoas*. Disponível em: <<http://www.dados.al.gov.br/dataset/painel-covid19-alagoas>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ALAGOAS. Governo do Estado. *Protocolo Sanitário e Distanciamento Social Controlado*. 2020. Disponível em: <<http://www.sedetec.al.gov.br/component/jdownloads/send/58-arquivos/230-protocolo-retomada>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

ALVES, Glória de Assunção. O dia em que a terra parou. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Cord.). *COVID-19 e a crise urbana*. São Paulo : FFLCH/USP, 2020.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018*. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020. *Diário Oficial da União*, 17 de junho de 2020. Edição 114, Seção 1, p.62.

CALEJON, Laura Marisa Carnieli; BRITO, Alan de Santana. Entre a pandemia e o pandemônio: uma reflexão no campo da educação. *Revista EDUCAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá, v. XX, n.2, jul-dez, p. 291-311, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7835/5520>>. Acesso em: 13 set. 2020.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manuel. Castells debate pandemia, Público e Educação. *Outras palavras*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/castells-debate-a-pandemia-o-publico-e-a-educacao/>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CASTELLS, Manuel. O digital é o novo normal. *Fronteiras do conhecimento*. Disponível em <<https://www.fronteiras.com/artigos/o-digital-e-o-novo-normal>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

COUTINHO, Marcelo. Pandemia e Desglobalização. *Revista Brasileira de Cultura e Política de Direitos Humanos*. UFRJ, 2020. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/462>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

DEJOURS, Christophe. *La pandemia y la crisis en el trabajo*. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xxQrmj6hsP0&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1UtexfIHsD_D82wVXSBPcDSvjhrDzuHJrl3CxLDsE045UQirPdtR6rZtU>. Acesso em: 13 set. 2020).

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GULLO, Maria Carolina R. A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, v.12, n. 3 – Especial Covid-19, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8758/pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.

PINTAUDI, Silvana Maria. O comércio em tempos desgovernados: entre rupturas e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Cord.). *COVID-19 e a crise urbana*. São Paulo : FFLCH/USP, 2020.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina S/A, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus*, v. 10, p. 01-25, 2020.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Senac, 2006.

Recebido em: 14 jul. 2020.

Aceito em: 20 set. 2020

COMO REFERENCIAR

SOUZA, Alessa Cristina Pereira de; CARVALHO, Anne Gabriele Lima Souza de. Impactos e transformações no cotidiano das comunidades acadêmicas de Alagoas em tempos de pandemia. *Latitude*, Maceió, v.14, n. 1, p.03-24, 2020.